

ESTADO MODERNO COMO ESTADO CORPORATIVO

EUROPA OCIDENTAL – SÉCS. XVI - XVII

Disciplina: História Moderna II

Profa. Dra. Camila Corrêa e Silva de Freitas

1. SOCIEDADE E ESTADO CORPORATIVOS

- “corporativo” – corpo social – analogia com corpo humano;
- **Origem historiográfica** – **Otto Brunner** (déc. 1930)

*Lógica corporativa das monarquias medievais – delegação de poderes – perpetuação moderna.

- **Origem histórica intelectual** – sociedade como corpo – **teologia cristã**

2. SOCIEDADE CORPORATIVA

- Ideias fundamentais dessa perspectiva filosófica cristã: **ordem universal** e **diversidade**;
- Realidade ordenada por Deus = reino da diversidade = equilíbrio/harmonia e perfeição;
- **Natureza diversa de tudo e de todos** – inserções diferentes na realidade; fixação de funções
- Medieval – ordem tri-estamental – **hierarquização**
- **Sociedades políticas humanas** – **naturalmente desiguais e hierarquizadas**

3. ESTADO CORPORATIVO

Como funcionava o governo das monarquias medievais e modernas?

“Tão monstruoso como um corpo que se reduzisse à cabeça, seria uma sociedade em que todo o poder estivesse concentrado no soberano. O Poder era, por natureza, repartido; e, numa sociedade bem governada, esta partilha natural deveria traduzir-se na autonomia político-jurídica dos corpos sociais, embora esta autonomia não devesse destruir a sua articulação natural – entre a cabeça e a mão deve existir o ombro e o braço, entre o soberano

e os oficiais executivos devem existir instâncias intermédias. **A função da cabeça** não é, pois, a de destruir a autonomia de cada corpo social, mas a de por um lado, representar externamente a unidade do corpo e, por outro, **manter a harmonia entre todos os seus membros**, atribuindo a cada um aquilo que lhe é próprio, garantindo a cada qual o seu estatuto (“foro”, “direito”, “privilégio”); numa palavra, **realizando justiça**”

(HESPANHA; XAVIER, p.123)

3. ESTADO CORPORATIVO

- Estado Moderno = estrutura política e jurídica plural e multifacetada – p.111
- Corpos intermediários - assembleias regionais, câmaras municipais, governos citadinos, senhorios territoriais, clero (autoridades eclesiásticas, fundiárias e políticas)
- Exerciam poderes político-jurídicos – fazer leis, estatutos, constituir magistrados, julgar conflitos, emitir comandos, cobrar impostos, regular relações de trabalho, uso da terra e de comércio, etc.
- Pluralidade jurídica – coexistência de muitas fontes de direito (civil, régio, costumeiro, natural)
- Funcionamento do governo corporativo dos Estados europeus – exercício **dialógico** dos poderes/funcionamento simbiótico da sociedade – rei e sociedade em colaboração para o “bem comum” (funcionamento **justo** e harmônico das sociedades nas suas diferenças);
- **Como funcionava essa colaboração, simbiose, diálogo?**

- Função principal do monarca – senhor da **justiça** e da paz = garantir a cada corpo social e político o seu estatuto, jurisdição e autonomia (justiça) **para exercer o seu ofício**, garantir o equilíbrio entre as partes e a conservação do reino.
- Implicava em limitações ao poder do governante central – exercício de poder partilhado
- **Em contrapartida** - Lealdade e obediência à autoridade régia, à sua **soberania** no território (poder de mando exclusivo de última instância, acima dos demais, arbitragem final quando as soluções locais não funcionavam).

4. RENOVAÇÃO HISTORIOGRÁFICA

- Gerhard Oestreich, Pierangelo Schiera, António Manuel Hespanha, Bartolomeu Clavero, Pedro Cardim, Nuno Monteiro, João Fragoso, Maria de Fátima Gouvêa.
- **Funcionamento do Estado moderno corporativo:**
 - * **Coexistência e SOBREPOSIÇÃO de poderes** – Estado centralizador (concentração de poderes políticos em instituições estatais e seus representantes) + corpos sociais e políticos regionais e locais (que mantêm seus privilégios)
 - * Articulação entre essas esferas através da **justiça** e da **graça**

- **Fazer justiça** – promover a ordem pública através do equilíbrio de interesses das partes – contratos com os poderes locais (**garantir estatutos, jurisdição e privilégios locais**) para viabilizar o domínio político centralizado de uma dinastia sobre o território – **reconhecimento da soberania da dinastia** – em caso de ameaça ao domínio do território (lealdade ao monarca), de necessidades comuns – impostos para guerras, defesa; **cooperação das partes**;

=> *A coerção mais colocava em perigo do que fortalecia o pacto estabelecido entre os reis e os corpos políticos que governavam* (Kawai e Machel).

- **Conceder graça régia** – **poder de conceder benefícios de diferentes formas em troca de serviços** - instrumento fundamental da monarquia para manter e fortalecer a sua soberania – **Por que?**

- Articula poderes centrais e locais através de um pacto de obediência, de respeito baseado na gratidão e expresso na prestação de serviços e lealdade;
- Funcionamento político-administrativo do Estado corporativo:
 - Poderes intermediários – desempenham funções administrativas e militares em nome do rei em locais onde este não pode estar
 - Esfera privada e pública sobrepostas – empenho dos bens pessoais para realizar função e usufruto pessoal de riquezas e atividades ligadas àquela função (graça recebida e/ou requisitada)
 - NÃO são funcionários régios.

- Ampliação de territórios e populações a serem administradas – séculos XVI – XVII

 Os que recebem a graça – intermediários entre a população local e os poderes superiores; se integram às dinâmicas políticas locais (nem sempre em favor do rei...).

“..as cidades foram se demonstrando importantes polos de poder no contexto das monarquias da Época Moderna [...]. Tornava-se evidente que o protagonismo régio se limitava à gestão da corte e à condução da política externa do Estado centrada nas questões relativas à diplomacia e à guerra, e que o governo dos territórios dos reinos (e, ainda mais, das colônias ultramarinas) era feito, na verdade, pelas assembleias citadinas, com a colaboração de um oficialato régio, não poucas vezes cooptado pelos interesses das lógicas locais”.

(KAWAI; MACHEL, p.119)

- **Síntese importante** (Kawai e Machel) - No Estado Moderno, na perspectiva corporativa, **o poder régio se afirmou por meio de alianças negociadas** estabelecidas com os poderes intermédios dos **territórios** sob seus domínios.
- Daí a interpretação de **John Elliot e Xavier Gil Pujol**:
- * Estados modernos como **COMPÓSITOS** = formados a partir da incorporação de outros territórios – exemplos: reinos de Castela e Aragão, França, Inglaterra, Sacro-Império.
- * **Estados compósitos** - grandes Estados monárquicos formados por unidades territoriais e jurisdicionais menores que guardavam zelosamente o seu status independente (experiência prévia de autogoverno) – **composição de poderes e jurisdições** – relações de acomodação, negociação, integração, coerção, conflitos.

PENÍNSULA IBÉRICA, INÍCIO SÉCULO XV





- John Elliott
- Centralização é diferente de uniformização – antes do século XVIII não houve submissão dos poderes locais à uma estrutura administrativa e jurídica única – funcionamento corporativo e compósito.

MAS

- O formato compósito não deu certo – tendência à uniformização político-jurídica a partir do século XVIII - dificuldades de conciliar a composição da diversidade com a busca pelo fortalecimento da soberania das dinastias governantes face a desafios conjunturais (guerras, invasões estrangeiras, rebeliões internas); não é uma tendência prevista, mas... => Estados nacionais do séc. XIX.